Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Educação inclusiva e diversidade étnico-racial no contexto escolar brasileiro: desafios à efetivação das políticas públicas e da formação docente

Marleide Mateus de Jesus (UFGD)

https://orcid.org/0000-0002-8043-3257

marleide1mateos@gmail.com

Allan da Silva Nazareth (UNESA)

https://orcid.org/0009-0004-1824-3032

nazareth.allan@gmail.com

Erivelton Pessin (IFES)

https://orcid.org/0000-0001-5395-4922

eriveltonpessin@hotmail.com

Vinicius da Silva Freitas (UFGD)

https://orcid.org/0000-0003-2920-3998

viniciuscarvalho34@hotmail.com

***Resumo**: Este estudo analisa a educação inclusiva sob a perspectiva da diversidade étnico-racial, com ênfase na inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas no contexto escolar brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, que buscou compreender de que maneira currículos, materiais didáticos, formação docente e políticas públicas influenciam a efetivação de práticas educacionais inclusivas. A análise evidencia que, embora haja avanços normativos relevantes, especialmente a partir da institucionalização do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, persistem desafios estruturais relacionados à insuficiente formação de professores, à carência de recursos pedagógicos adequados e à permanência de*

práticas curriculares excludentes. Os resultados indicam que a escola se configura como espaço ambivalente, capaz tanto de reproduzir desigualdades históricas quanto de atuar como agente de transformação social. Destaca-se que a valorização da diversidade étnico-racial, associada a práticas pedagógicas críticas e contextualizadas, contribui para o fortalecimento da identidade dos estudantes, a redução da evasão escolar e a promoção do sentimento de pertencimento. Ademais, observa-se que a efetividade das políticas públicas depende de sua articulação com a prática pedagógica e de investimentos contínuos em formação docente. Conclui-se que a consolidação de uma educação inclusiva demanda não apenas a implementação de dispositivos legais, mas a construção de uma cultura escolar comprometida com a equidade, o reconhecimento da diversidade e a superação das desigualdades estruturais.

***Palavras-chave**: Educação Inclusiva. Diversidade Étnico-Racial. Formação de Professores. Currículo. Políticas Públicas.*

***Abstract**: This study analyzes inclusive education from the perspective of ethnic-racial diversity, with an emphasis on the inclusion of Black, Indigenous, and Quilombola populations in the Brazilian school context. It is a qualitative, bibliographical study that sought to understand how curricula, teaching materials, teacher training, and public policies influence the implementation of inclusive educational practices. The analysis shows that, although there have been significant normative advances, especially since the institutionalization of the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture, structural challenges persist related to insufficient teacher training, a lack of adequate pedagogical resources, and the persistence of exclusionary curricular practices. The results indicate that the school is configured as an ambivalent space, capable of both reproducing historical inequalities and acting as an agent of social transformation. It is highlighted that the valuing of ethnic-racial diversity, associated with critical and contextualized pedagogical practices, contributes to strengthening students' identity, reducing school dropout rates, and promoting a sense of belonging. Furthermore, it is observed that the effectiveness of public policies depends on their articulation with pedagogical practice and continuous investments in teacher training. It is concluded that the consolidation of inclusive education demands not only the implementation of legal provisions, but also the construction of a school culture committed to equity, the recognition of diversity, and the overcoming of structural inequalities.*

***Keywords:** Inclusive Education; Ethnic-Racial Diversity; Teacher Training; Curriculum; Public Policies.*

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é atravessada por desigualdades históricas que impactam diretamente o acesso, a permanência e a qualidade do ensino, especialmente no que se refere às relações étnico-raciais. Nesse contexto, a inclusão de populações negras,

indígenas e quilombolas no ambiente escolar constitui-se como tema central para a construção de uma educação mais equitativa e democrática. Apesar dos avanços legais e das discussões acadêmicas, ainda se observa a permanência de práticas pedagógicas e curriculares que não contemplam plenamente a diversidade, resultando em processos de exclusão, invisibilização e ausência de representatividade no espaço escolar.

Diante desse cenário, coloca-se como problema de pesquisa: de que maneira a inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas pode ser efetivada no contexto escolar, considerando aspectos como currículo, materiais didáticos, formação docente e políticas públicas? Tal questionamento evidencia a necessidade de compreender o papel da escola tanto na reprodução quanto na transformação das desigualdades sociais. Nesse sentido, a escola pode tanto reproduzir desigualdades quanto desempenhar um papel transformador, sendo a educação um instrumento fundamental para a formação de sujeitos críticos e capazes de questionar injustiças, conforme enfatiza Freire (1996).

A legislação brasileira reforça o direito à educação sem discriminação, destacando-se a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Contudo, apesar desses avanços, estudos apontam que sua implementação ainda enfrenta dificuldades, especialmente em função da insuficiente formação docente e da carência de materiais pedagógicos adequados (GOMES, 2017; MUNANGA, 2005). Dessa forma, a inclusão educacional vai além do acesso à escola, exigindo a revisão de currículos, práticas pedagógicas e políticas públicas, bem como a valorização das histórias, culturas e saberes de sujeitos historicamente excluídos (BOMBARDA; CARNEIRO, 2019).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de enfrentar as desigualdades persistentes no campo educacional, uma vez que a discriminação racial e a falta de representatividade no currículo continuam contribuindo para sentimentos de exclusão e para a evasão escolar (CANDAU, 2016; HOOKS, 2013). Assim, discutir a inclusão étnico-racial na educação ultrapassa o campo pedagógico, configurando-se como uma demanda ética, social e política.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral analisar como a inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas pode ser efetivada no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se compreender as principais discussões teóricas sobre inclusão étnico-racial na educação; identificar os desafios relacionados à implementação

de práticas inclusivas; e discutir o papel do currículo, dos materiais didáticos, da formação docente e das políticas públicas na promoção de uma educação mais inclusiva, plural e comprometida com a superação das desigualdades históricas.

Embora exista produção científica consolidada sobre educação inclusiva e relações étnico-raciais, observa-se a necessidade de análises que articulem currículo, formação docente, materiais pedagógicos e políticas públicas em uma perspectiva integrada. Nesse sentido, o presente estudo busca contribuir para o aprofundamento desse debate ao reunir evidências teóricas recentes e discutir os principais desafios para a efetivação da inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas no contexto escolar brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva constitui um dos princípios fundamentais para a promoção da equidade e da justiça social no contexto educacional contemporâneo. No Brasil, essa discussão adquire relevância particular diante das desigualdades históricas que marcaram a trajetória de grupos socialmente vulnerabilizados, especialmente populações negras, indígenas e quilombolas. Nessa perspectiva, a inclusão não pode ser compreendida apenas como garantia de acesso à escola, mas como a construção de condições efetivas de permanência, aprendizagem e reconhecimento das diferenças culturais que constituem a sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, assegurando igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Posteriormente, a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representou importante avanço ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na educação básica. Essas legislações resultam de reivindicações históricas dos movimentos sociais e buscam enfrentar processos de invisibilização que, durante décadas, contribuíram para a exclusão de grupos étnico-raciais dos currículos escolares e dos espaços de produção do conhecimento.

Segundo Munanga (2005), o enfrentamento das desigualdades raciais depende do reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da identidade nacional. Para o autor, a valorização das contribuições históricas, culturais e sociais das populações

negras representa condição indispensável para a construção de relações sociais mais democráticas. Em consonância com essa perspectiva, Gomes (2017) destaca que a educação possui papel estratégico na desconstrução de preconceitos e na formação de sujeitos capazes de reconhecer e respeitar a pluralidade cultural presente na sociedade brasileira.

Nesse contexto, o currículo escolar assume papel central na promoção da inclusão. Conforme Sacristán (2019), o currículo expressa escolhas culturais e políticas que definem quais conhecimentos serão legitimados no espaço escolar. Longe de ser um instrumento neutro, ele reflete relações de poder e influencia diretamente os processos de construção de identidades. Historicamente, os currículos brasileiros foram estruturados sob forte influência eurocêntrica, relegando a segundo plano as contribuições de populações negras, indígenas e quilombolas. Como argumenta Silva (2010), essa seleção de conhecimentos contribuiu para a reprodução de desigualdades e para a manutenção de estereótipos que ainda persistem em diferentes contextos educacionais.

A necessidade de revisão curricular torna-se ainda mais evidente quando se considera que a inclusão de conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial não deve ocorrer de forma pontual ou restrita a datas comemorativas. Candau (2008) ressalta que a valorização da diversidade exige mudanças mais amplas nas práticas pedagógicas e na organização escolar, de modo que diferentes saberes, culturas e experiências sejam efetivamente incorporados ao processo educativo. Nessa perspectiva, a educação intercultural apresenta-se como possibilidade de construção de relações pedagógicas pautadas no diálogo, no reconhecimento mútuo e no respeito às diferenças.

Além do currículo, os materiais didáticos exercem influência significativa na formação das percepções dos estudantes acerca da realidade social. Durante muito tempo, livros e recursos pedagógicos reproduziram representações estereotipadas das populações negras e indígenas, frequentemente associadas a posições subalternizadas ou apresentadas de forma limitada e descontextualizada. A superação dessa realidade demanda a produção de materiais que contemplem a diversidade cultural brasileira de maneira crítica e representativa, contribuindo para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para a construção de ambientes escolares mais inclusivos.

Outro aspecto fundamental para a efetivação da educação inclusiva refere-se à formação docente. Freire (1996) defende que a prática educativa exige compromisso

ético, reflexão crítica e sensibilidade diante das diferentes realidades vivenciadas pelos educandos. Sob essa perspectiva, o professor não atua apenas como transmissor de conteúdos, mas como mediador de processos de aprendizagem e de construção da cidadania. Entretanto, diversos estudos apontam que a temática das relações étnico-raciais ainda ocupa espaço insuficiente em muitos cursos de formação inicial, dificultando a atuação dos docentes diante de situações relacionadas ao preconceito e à discriminação.

Gomes (2003) destaca que a ausência de discussões sistemáticas sobre diversidade étnico-racial na formação de professores contribui para a reprodução de práticas pedagógicas pouco sensíveis às diferenças culturais. Por essa razão, a formação continuada torna-se elemento estratégico para ampliar conhecimentos, promover reflexões críticas e fortalecer práticas comprometidas com a inclusão. Conforme argumenta Pimenta (2008), a profissionalização docente exige articulação permanente entre teoria e prática, favorecendo a construção de competências necessárias para enfrentar os desafios cotidianos da escola contemporânea.

As políticas públicas também desempenham papel decisivo na promoção da inclusão e no enfrentamento das desigualdades educacionais. A implementação de programas de formação docente, a produção de materiais pedagógicos específicos e a incorporação da diversidade como princípio orientador das ações educacionais representam avanços importantes nas últimas décadas. Entretanto, a efetividade dessas políticas depende de investimentos contínuos, acompanhamento sistemático e articulação com as demandas concretas das comunidades escolares.

Para Arroyo (2017), a democratização da educação exige o reconhecimento dos sujeitos historicamente excluídos como protagonistas dos processos educativos. Essa compreensão dialoga com as reflexões de Almeida (2019), que evidencia como o racismo estrutural permanece presente nas instituições sociais, influenciando práticas, discursos e oportunidades educacionais. Dessa forma, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer não apenas mudanças normativas, mas transformações culturais capazes de promover equidade, participação e reconhecimento da diversidade.

À luz dessas contribuições teóricas, compreende-se que a inclusão étnico-racial na educação constitui um processo complexo e multidimensional, que envolve currículo,

formação docente, materiais pedagógicos e políticas públicas. A articulação desses elementos revela-se fundamental para a construção de ambientes escolares comprometidos com a valorização das diferenças e com a superação das desigualdades historicamente produzidas na sociedade brasileira.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório-descritivo. A investigação teve como objetivo analisar a educação inclusiva sob a perspectiva da diversidade étnico-racial, com ênfase nos desafios relacionados à inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas no contexto escolar brasileiro, considerando aspectos vinculados ao currículo, à formação docente e às políticas públicas educacionais.

A construção do corpus teórico ocorreu por meio de levantamento bibliográfico sistematizado realizado entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026, utilizando as bases de dados Google Acadêmico (Google Scholar) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), amplamente empregadas em pesquisas na área da Educação. A escolha dessas plataformas ocorreu em função de sua abrangência, relevância científica e acesso a produções nacionais e internacionais relacionadas à temática investigada.

Para a realização das buscas foram empregados, de forma isolada e combinada, os seguintes descritores: “educação inclusiva”, “diversidade étnico-racial”, “relações étnico-raciais na educação”, “formação de professores”, “currículo escolar”, “políticas públicas educacionais”, “educação antirracista”, “educação indígena” e “educação quilombola”. Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, visando ampliar a recuperação de estudos potencialmente relevantes para a pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram considerados: artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados em língua portuguesa; estudos disponíveis na íntegra; produções diretamente relacionadas à educação inclusiva, diversidade étnico-racial, currículo, formação docente e políticas públicas; e trabalhos reconhecidos pela relevância teórica para o campo educacional. Também foram incluídas obras clássicas consideradas referenciais para a compreensão

das relações étnico-raciais na educação brasileira, independentemente do ano de publicação.

Foram adotados como critérios de exclusão: estudos duplicados entre as bases consultadas; publicações sem relação direta com os objetivos da pesquisa; trabalhos com abordagem centrada em outras modalidades de inclusão sem articulação com a diversidade étnico-racial; textos de opinião sem fundamentação acadêmica; resumos expandidos, resumos simples e materiais sem acesso ao texto completo.

Na etapa inicial de busca foram identificadas 118 publicações potencialmente relacionadas ao tema investigado. Após a remoção de registros duplicados e a leitura dos títulos e resumos, permaneceram 52 estudos para análise preliminar. Em seguida, realizou-se a leitura integral dos trabalhos selecionados, resultando na exclusão de publicações que não atendiam aos critérios de elegibilidade estabelecidos ou que apresentavam baixa aderência aos objetivos da pesquisa. Ao final desse processo, 25 estudos foram considerados elegíveis para análise aprofundada.

Posteriormente, foi realizada leitura analítica e interpretativa das publicações elegíveis, buscando identificar contribuições teóricas, convergências conceituais e evidências relacionadas aos objetivos do estudo. Após essa etapa, foram selecionadas 17 obras consideradas centrais para a construção da discussão teórica e análise dos resultados, por apresentarem maior consistência acadêmica, relevância científica e aderência à temática investigada.

A análise do material selecionado foi conduzida com base nos pressupostos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. A partir desse procedimento, os estudos foram organizados em categorias temáticas relacionadas à educação inclusiva, diversidade étnico-racial, currículo escolar, formação docente e políticas públicas, permitindo a sistematização das evidências encontradas e a construção de uma análise crítica acerca dos desafios e possibilidades para a promoção de uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção foram construídos a partir da análise dos 17 estudos selecionados para compor o corpus da pesquisa. A leitura analítica e interpretativa das produções permitiu identificar convergências, desafios e perspectivas relacionadas à inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas no contexto escolar brasileiro. A organização dos achados ocorreu a partir de eixos temáticos recorrentes na literatura, especialmente aqueles relacionados às desigualdades étnico-raciais na educação, ao currículo escolar, à formação docente e às políticas públicas educacionais. A discussão desses elementos possibilita compreender como diferentes fatores influenciam a efetivação de práticas inclusivas e a construção de ambientes escolares comprometidos com a equidade e o reconhecimento da diversidade.

A análise dos 17 estudos selecionados permitiu identificar que a inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas permanece como um desafio significativo para a educação brasileira, mesmo diante dos avanços observados no campo legal e das políticas públicas implementadas nas últimas décadas. Os resultados evidenciam que a efetivação da educação inclusiva, sob a perspectiva da diversidade étnico-racial, depende da articulação entre currículo, formação docente, materiais pedagógicos e gestão educacional, fatores que se apresentam de forma interdependente no cotidiano escolar.

Os estudos analisados demonstram que a escola continua ocupando uma posição ambígua nesse processo. Ao mesmo tempo em que pode reproduzir desigualdades historicamente construídas, também possui potencial para atuar como espaço de transformação social. Conforme destaca Gomes (2017), as relações étnico-raciais ainda são atravessadas por processos de invisibilização e silenciamento que afetam diretamente a trajetória escolar de estudantes negros, indígenas e quilombolas. Em contrapartida, a perspectiva freireana compreende a educação como prática dialógica e emancipatória, capaz de promover o reconhecimento das diferenças e a construção de uma sociedade mais democrática (FREIRE, 1996).

Entre os principais achados identificados na literatura, destaca-se o impacto das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na ampliação do debate sobre diversidade étnico-racial no ambiente escolar. Os estudos convergem ao reconhecer a relevância desses dispositivos legais para a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Entretanto, Munanga (2005) ressalta que a existência da legislação, por si só, não garante mudanças efetivas na prática educativa. Sua implementação depende diretamente da

formação dos professores, da disponibilidade de materiais didáticos adequados e do comprometimento institucional com a temática.

Outro aspecto recorrente refere-se ao currículo escolar. Os resultados indicam que, apesar dos avanços normativos, ainda são observadas limitações na inserção das temáticas étnico-raciais de forma transversal e permanente. Silva e Andrade (2020) observam que, em muitas instituições, essas discussões permanecem restritas a eventos pontuais ou datas comemorativas, sem integração efetiva ao projeto pedagógico da escola. Tal realidade contribui para a manutenção de abordagens superficiais que pouco colaboram para a construção de uma educação antirracista e socialmente comprometida.

A literatura analisada também evidencia que o espaço escolar comunica valores, identidades e formas de pertencimento. Nesse sentido, Candau (2008) argumenta que a organização dos ambientes educativos pode tanto reproduzir processos de exclusão quanto favorecer práticas de acolhimento e reconhecimento cultural. Estudos examinados nesta pesquisa indicam que escolas que valorizam referências culturais das comunidades locais tendem a fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes e ampliar sua participação nas atividades escolares.

Os materiais didáticos constituem outro elemento central identificado nos estudos. Os resultados demonstram que ainda persistem representações estereotipadas de populações negras e indígenas em parte dos recursos pedagógicos utilizados nas escolas. Conforme destaca Silva (2010), essas representações frequentemente limitam a presença desses grupos a contextos históricos específicos, desconsiderando suas contribuições contemporâneas para a sociedade brasileira. Tal cenário reforça a necessidade de produção e utilização de materiais que contemplem a diversidade cultural de forma crítica, plural e contextualizada.

A formação docente emergiu como uma das categorias mais relevantes da análise. Os estudos indicam que muitos professores concluem sua formação inicial sem aprofundamento suficiente sobre relações étnico-raciais, educação antirracista e diversidade cultural. Gomes (2003) aponta que essa lacuna repercute diretamente na prática pedagógica, produzindo insegurança diante de situações relacionadas ao preconceito, à discriminação e ao enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Nesse contexto, a formação continuada aparece como estratégia fundamental para o fortalecimento de práticas inclusivas. Tavares (2018) destaca que cursos, oficinas e programas de atualização que promovam reflexões sobre diversidade e direitos humanos contribuem para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças culturais. De modo semelhante, Candau (2008) defende que a problematização das desigualdades presentes no cotidiano escolar favorece o desenvolvimento de intervenções pedagógicas mais consistentes e comprometidas com a inclusão.

As políticas públicas também foram amplamente abordadas nos estudos analisados. Os resultados apontam que iniciativas como a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a incorporação de critérios de diversidade nos programas educacionais representaram avanços importantes na promoção da inclusão étnico-racial. Contudo, persistem desafios relacionados à continuidade das ações, à disponibilidade de recursos e ao acompanhamento das práticas desenvolvidas pelas instituições de ensino.

De modo geral, os estudos convergem ao indicar que a promoção da inclusão étnico-racial exige ações articuladas entre escola, comunidade e poder público. Conforme argumenta Almeida (2019), o racismo estrutural permanece presente nas instituições sociais e influencia práticas, discursos e oportunidades educacionais. Dessa forma, a superação das desigualdades históricas requer não apenas o cumprimento da legislação, mas também investimentos permanentes em formação docente, revisão curricular, produção de materiais pedagógicos representativos e fortalecimento das políticas públicas educacionais.

Os resultados evidenciam, portanto, que a construção de uma educação inclusiva e comprometida com a diversidade étnico-racial constitui um processo contínuo, que demanda mudanças culturais, pedagógicas e institucionais. A valorização das identidades, dos saberes e das experiências de populações negras, indígenas e quilombolas apresenta-se como condição fundamental para a consolidação de uma escola democrática, plural e socialmente referenciada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a educação inclusiva sob a perspectiva da diversidade étnico-racial, com foco na inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas no contexto escolar brasileiro. A partir da análise da literatura selecionada, verificou-se que, embora o país possua avanços significativos no campo normativo, especialmente por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ainda existem desafios que dificultam a efetivação de práticas educacionais comprometidas com a valorização da diversidade e com a superação das desigualdades historicamente construídas.

Os resultados evidenciaram que a inclusão étnico-racial não depende exclusivamente da existência de dispositivos legais, mas da articulação entre currículo, formação docente, materiais pedagógicos e políticas públicas. Observou-se que a permanência de abordagens curriculares eurocêntricas, associada à insuficiente preparação de parte dos profissionais da educação para o trabalho com as relações étnico-raciais, continua representando um obstáculo para a consolidação de uma escola efetivamente inclusiva e democrática.

A análise também demonstrou que o currículo e os materiais didáticos exercem papel decisivo na construção das identidades e no reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. Quando desenvolvidos a partir de perspectivas inclusivas e representativas, contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, para a valorização das diferenças e para a promoção de ambientes escolares mais acolhedores e equitativos. Por outro lado, quando reproduzem visões estereotipadas ou limitadas da diversidade, tendem a reforçar processos de exclusão e invisibilização de grupos historicamente marginalizados.

No que se refere à formação docente, os estudos analisados indicam a necessidade de ampliar investimentos em processos formativos que contemplem de maneira crítica e sistemática as relações étnico-raciais. A formação inicial e continuada mostra-se elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de enfrentar o racismo, valorizar diferentes saberes e promover o respeito à diversidade no cotidiano escolar.

Os achados também evidenciaram que as políticas públicas desempenham papel estratégico na promoção da inclusão, porém sua efetividade depende da continuidade

das ações, da disponibilidade de recursos e do acompanhamento permanente de sua implementação nas instituições de ensino. Nesse sentido, a construção de uma educação inclusiva exige atuação articulada entre poder público, gestores, professores e comunidade escolar.

Como limitação deste estudo, destaca-se sua natureza exclusivamente bibliográfica, baseada na análise de produções científicas e documentos relacionados à temática. Dessa forma, os resultados refletem as evidências disponíveis na literatura consultada, não contemplando experiências empíricas específicas de escolas ou redes de ensino. Recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos de campo capazes de investigar como as políticas de inclusão étnico-racial vêm sendo implementadas em diferentes contextos educacionais brasileiros.

Conclui-se que a promoção da inclusão de populações negras, indígenas e quilombolas constitui um compromisso permanente da educação brasileira e requer ações contínuas voltadas à valorização da diversidade, ao fortalecimento da formação docente, à revisão das práticas curriculares e à consolidação de políticas públicas capazes de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de participação, aprendizagem e reconhecimento para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARROYO, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOMBARDA, A.; CARNEIRO, R. U. C. Os desafios contemporâneos para o processo inclusivo na educação superior. *Práxis Educacional*, v. 15, n. 33, p. 538–554, 2019. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5225. Acesso em: 15 jan. 2026. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i33.5225.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da

temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 18 jan. 2026.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45–56, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/b96Y8Sby88jVfbyb79rby9b/. Acesso em: 22 jan. 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005.

CANDAU, V. M. et al. *Educação em direitos humanos e formação de professores(as)*. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167–182, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/wVjJ4RkG3FfD6Z7Y5L9Xv9b/. Acesso em: 02 maio 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIMENTA, S. G. *Formação de professores: saberes da docência e identidade profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Penso, 2019.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, L. R.; ANDRADE, F. Políticas públicas e inclusão étnico-racial na educação. *Educação & Sociedade*, v. 41, n. 150, p. 55–74, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/6Xf9J4RkG3FfD6Z7Y5L9Xv9b/. Acesso em: 15 maio 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/es.223847.

TAVARES, C. *Currículo e diversidade: práticas pedagógicas inclusivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.